

RECORTES

DATA: 11.07.2001

CADERNO: Nº 60210

PÁGINA: 02

- O Povo
- Diário do Nordeste
- Tribuna do Ceará
- O Estado
- Outros: _____

CE CEARÁ

Estado contesta mapa da fome da FGV

A pobreza não é uma questão de renda; mas sim de indicadores sociais, consequentemente, não monetários. Essa é a avaliação do presidente do Instituto Planejamento do Ceará (Iplance), Alex Araújo (foto), sobre a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que aponta 55,7% da população cearense localizada abaixo da linha da pobreza. "A proporção dos pobres é quase uma conta de chegada e o índice encontrado depende do propósito do estudo", sugere o presidente do Iplance. Dessa forma, o estudo pode não traçar um retrato fiel da real situação de miséria do Estado, propõe Araújo.

Para o governo do Estado, os números da FGV não representam nenhuma surpresa. "Não estamos surpresos. Isto é conhecido e discutido pelas esferas governamentais competentes. O governo do Ceará conhece esta abordagem metodológica e também está a par de suas vantagens e desvantagens", afirma Alex Araújo.

O presidente do Iplance descarta a elaboração de um plano de emergência pa-

ra combater as taxas de pobreza. "Não é por causa de uma pesquisa que o governo vai mudar o curso do seu trabalho", destaca. Segundo Araújo, de uma forma geral, os planejamentos de governo são focados para a redução da pobreza. No Ceará, não é diferente. "A pobreza resume diversos indicadores de bem-estar. No Ceará, já conseguimos avançar muito mais em indicadores não monetários da pobreza. Por exemplo, os programas de fornecimento de energia são emblemáticos dessa situação. O governo leva energia às populações rurais e proporciona a elas a elevação do seu bem-estar e não o aumento da renda", cita.

BEM-ESTAR — De acordo com o presidente do Iplance, a orientação políti-

ca do governo estadual é voltada para a melhoria do estado de bem-estar e não para a renda. "O crescimento é essencial, mas vamos buscá-lo com benefícios mais amplos. Consequentemente, isso está



refletido nas estruturas de acesso ao crédito, crescimento do capital humano e do capital social (n. fechamento de cadeias formais e informais)", observa.

Alex Araújo lembra que o plano de Governo, traçado para o triênio 1999-2002 contem-

platações que, na análise, objetiva a redução da pobreza. "Nossa orientação política (focada no bem-estar) ainda não tem um reflexo imediato sobre os níveis de renda", comenta.

A expectativa de resultados da aplicação deste pla-

nejamento é mesmo de longo prazo. A estimativa do Iplance no que se refere a resultados práticos sobre a redução da miséria é de 10 a 20 anos. "Há 15 ou 20 anos, tínhamos uma economia inapiente a uma estrutura econômica vulnerável. Isso foi mudando e o setor industrial foi ganhando dinamismo. Isso teve reflexos sobre a renda, mas só de alguns — os que estão empregados na indústria", exemplifica.

Alex Araújo reconhece que "é preciso tempo e muito trabalho" para reverter o quadro de pobreza no Estado. "A teoria econômica prega que o combate à pobreza é feita pela transferência de ativos", sugere o presidente do Iplance.

Mesmo discordando da metodologia da FGV — que, segundo Araújo, não verifica o consumo, mas sim a renda —, o Iplance considera a importância dos dados. "Se o objetivo deste tipo de estudo é tentar fornecer subsídios para o acompanhamento das metas sociais, ele é perfeita. A discussão da pobreza tem que estar na pauta do dia", finaliza Alex Araújo.